

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou prática, por ordem de prioridade.**

O objetivo maior é construir e fortalecer capacidades a partir da consolidação de um capital social responsável, amadurecido e comprometido com o desenvolvimento da cidade, capaz de interferir e promover transformações efetivas através da sua participação qualificada na elaboração do Plano Diretor da Cidade, como pressuposto do novo modelo de gestão, implementado desde 1997 pela administração municipal, baseado na política de participação cidadã, que tem na democratização dos processos decisórios e de controle social, elementos fundamentais para transformação do planejamento e da ação municipal em algo compartilhado e assumido pelos cidadãos.

2. Descreva o funcionamento do programa, projeto ou prática e aponte qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de atuação.

O sentido de construção de capacidades sociais implica uma vontade ou intencionalidade, por parte do governo, que tem na produção e na valoração da ação coletiva um dos seus objetivos centrais. Nesse sentido, uma iniciativa como a discussão do Plano Diretor Urbano Participativo, apresentava-se como um desafio que deveria superar a prática e linguagem excludente, o conteúdo complexo e os tecnicismos para, a partir dessa valoração das capacidades sociais incorporar no vocabulário da sociedade questões relativas ao desenvolvimento da cidade e a revisão dos instrumentos de planejamento urbanístico para fazer frente à atual conjuntura marcada por transformações produtivas profundas e níveis alarmantes de exclusão. Com a promulgação da Lei do Estatuto da Cidade, o município, dentro do seu papel de executor da política de desenvolvimento urbano passa a contar com um conjunto importante de instrumentos urbanísticos porém desconhecidos para a maior parte da população. Embora a revisão do Plano Diretor devesse ser feita em 2005 a pressa por incluir tais transformações fizeram que o processo fosse iniciado muito antes. Experiências anteriores mostraram o grau de amadurecimento da sociedade na construção de cenários desejados de desenvolvimento, no entusiasmo em iniciativas como a do governo federal (Conferência das Cidades de 2003), serviram de elo condutor e fio de continuidade numa discussão que não começa a cada novo projeto mas se agrega a medida que o objetivo maior está no valor imensurável do capital social que vem sendo construído e que continua sendo a finalidade maior de qualquer nova iniciativa.

3. O programa, projeto ou prática faz parte de uma iniciativa, programa ou política mais abrangente (da mesma ou de outra esfera de governo)? Em caso afirmativo, descreva como se dá esta ligação.

O Plano Diretor Participativo faz parte de uma discussão mais ampla que envolve a mobilização da sociedade para o planejamento estratégico participativo da cidade para os próximos 20 anos. Iniciativa construída nos moldes da Agenda 21 Local, num projeto denominado Projeto Santo André Cidade Futuro, que desde 1999 vem propondo cenários, diretrizes, metas e ações em 9 eixos temáticos de trabalho. O Plano Diretor foi a discussão prioritária do projeto em 2002 e 2003 por ter sido apontado, após a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001, como instrumento estratégico para concretização de diversas metas e ações estabelecidas nos anos anteriores.

4. Identifique o público-alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do programa, projeto ou prática?

A estratégia utilizada considerou ações direcionadas a estimular a participação de população já envolvida em outros fóruns de discussão da cidade, ou seja, Projeto Cidade Futuro, Conselho Municipal do Orçamento e demais 15 Conselhos Setoriais, e entidades vinculadas a segmentos representativos da sociedade, como Movimentos Sociais e Populares, ONG's, entidades de classe, acadêmicas e de pesquisa, e empresários ligados ao desenvolvimento da cidade.

O Plano Diretor também foi divulgado em outros espaços de participação, como nas 28 plenárias do Orçamento Participativo de 2003, onde foram distribuídas cartilhas do Plano Diretor e destacada a importância da participação da população nas discussões que ocorreriam sobre o Plano Diretor naquele ano. Consideramos portanto um público alvo de cerca de 7.000 pessoas. Durante os 2 anos de construção do Plano Diretor Participativo tivemos cerca de 2.300 participações registradas de cerca de 940 pessoas, ou seja 13,4% da clientela potencial foi diretamente beneficiada, sendo 45% homens e 55% mulheres.

A participação foi estimulada e aberta em todo o processo. Nas 3 primeiras etapas trabalhou-se com a construção de consenso na apresentação e discussão das propostas, não houve deliberações.

Ao final da 3ª fase os segmentos da sociedade elegeram seus representantes com direito a voto no Congresso da Cidade (5ª fase), e os demais participantes no evento tiveram direito à voz. A Sociedade contou com 60% dos delegados com direito a voto no Congresso: Movimentos Sociais (60 representantes), ONG's entidades técnicas, acadêmicas e de pesquisa (20 representantes) e Empresários ligados ao Desenvolvimento Urbano (40 representantes). Dentre estes representantes eleitos foram indicadas pessoas para negociar conflitos na 4ª fase que precedeu o Congresso.

5. Qual é o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou prática? Quais as fontes de recursos financeiros (locais, estaduais, federais; de fontes privadas, de ONGs, de agências multilaterais)? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal etc.), a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou prática?

O projeto de elaboração do Plano Diretor Participativo gastou em dois anos e meio de trabalho R\$ 94.815,47, ou seja, 0,019% do valor do orçamento da Administração Direta da Prefeitura de Santo André em 2003 que foi de R\$ 488.803.372,68.

Sendo R\$ 9.408,85 em 2002; R\$ 61.030,03 em 2003 e R\$ 24.376,59 em 2004 com 97,6% de Recursos provenientes da Administração Direta e 2,4% da Administração Indireta:

Além desses custos, para a grande maioria das 85 reuniões, foram utilizados da infra-estrutura da Prefeitura Municipal de Santo André: som, registro fotográfico, datashow e telão, material xerocopiado entregue nas reuniões, impressoras, plotagem de mapas, entre outros.

Recebemos recentemente patrocínio da Caixa Econômica Federal no valor de R\$50.000,00 para ser investido na publicação da experiência (previsão: setembro de 2004), que não consideramos acima.

6. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou prática? Quantos homens e quantas mulheres realizam funções de direção (ou de tomada de decisões) e quantos realizam funções de execução?

A equipe diretamente envolvida com a construção do processo participativo e técnico do Plano Diretor é composta por 88 pessoas.

Para tomada de decisões temos um grupo de 11 pessoas, sendo 7 homens e 4 mulheres, dividido em uma Coordenação Técnica Política composta por 8 secretários e uma Coordenação Técnica Executiva composta por 3 coordenadores.

Para execução das atividades temos um grupo de 77 pessoas, sendo 35 homens e 42 mulheres, composto por equipe técnica, moderadores e facilitadores grupais e multiplicadores do Estatuto da Cidade, destes 14 ocupam cargo de direção na sua área, sendo 5 homens e 9 mulheres.

7. Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.

O Plano Diretor Participativo de Santo André foi construído matricialmente, com o envolvimento de diversas áreas da prefeitura. Para isso foi montada a seguinte estrutura:

A Coordenação geral do Plano Diretor de Santo André ficou a cargo das secretarias:

- Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, responsável pela construção e implementação do processo participativo do Plano Diretor; e
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano, responsável pela coordenação técnica do Plano Diretor.

Além disso, formou-se uma coordenação composta por mais 6 secretários de áreas diretamente envolvidas com o plano (de Habitação e Inclusão Social; de Desenvolvimento e Ação Regional; de Serviços Municipais; a Subprefeitura de Paranapiababa e Parque Andreense, a EPT - Empresa Pública de Transporte; e o SEMASA – Serv. Mun. de Saneamento Ambiental) que analisou e discutiu técnica e politicamente as propostas e linhas de negociação do governo a serem debatidas com a sociedade em cada etapa.

Tivemos a participação de 149 organizações da sociedade civil na construção e negociação das propostas do Plano Diretor durante todo o processo.

Estas entidades participaram organizadas em 3 segmentos: Movimentos Sociais (79); ONG's, entidades técnicas acadêmicas e de pesquisa (19); e Empresários ligados ao Desenvolvimento Urbano (52).

A sociedade fez diversas reuniões de negociação entre si, sem a participação do governo, a partir daí os segmentos movimentos sociais e ONG's vieram para a mesa de negociação com posições consensuadas.

As entidades que se destacaram ao convocar as discussões individuais dentro dos segmentos tirando propostas coletivas de ação foram o Conselho Municipal de Habitação (mov. social); Instituto Acqua e Sindicato dos Arquitetos (ONG'S); e ACISA - Associação Comercial e Industrial de Santo André (empresários).

Segue a lista de presença no material complementar enviado à FGV para consulta.

8. Se seu programa, projeto ou prática envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação se concretiza (explique os mecanismos de participação).

A elaboração do Plano Diretor, não esteve focada única e exclusivamente na elaboração de um texto de diretrizes apresentadas em espaços democráticos de participação, mas considerou esse produto como mais um passo rumo ao fortalecimento da cidadania e a reconstrução de uma cultura de responsabilidades e compromettimentos entre governo e sociedade. Nesse sentido, era necessário que o processo do Plano Diretor não fosse dado dentro de um modelo fechado de prazos e limites inflexíveis, nem que representasse simplesmente uma série de eventos que não garantiriam necessariamente a incorporação de segmentos historicamente excluídos de processos semelhantes. A participação da sociedade na gestão pública é um processo de ação coletiva resultado de um complexo processo de construção social. Quando não se entende a ação coletiva como um processo construído pela sociedade, ela acaba sendo diminuída a sua dimensão institucional, que termina limitando a qualidade dessa participação. Nesse sentido os instrumentos de gestão democrática contidos no Estatuto da Cidade não são por si suficientes para garantir o sucesso de uma iniciativa que depende de uma abordagem maior de construção de capacidades no tempo.

Foi tarefa do governo disponibilizar mecanismos para que a participação pudesse ocorrer a partir de processos cíclicos e contínuos de intercâmbio entre governo e sociedade, para tal foram definidos espaços e processos de:

- Capacitação: Fator determinante para democratizar informações e equiparar conhecimentos;
- Construção de Propostas Coletivas: Determinante na edificação de um arcabouço propositivo que contemplasse os saberes e as preocupações da sociedade;
- Espaços de Negociação: Espaço diferencial do processo de participação, resultante do aparecimento de interesses divergentes que são tratados, discutidos e negociados em espaços específicos sob representações de lideranças cujo proceder definiu um novo patamar nas relações entre governo e sociedade;
- Divulgação e visibilidade: todo o material resultante das discussões (propostas e documentos apresentados pelo governo e pela sociedade) foram prontamente reproduzidos e entregues aos participantes e publicados na página eletrônica da Prefeitura;
- Espaços de Deliberação: não alcançando consenso o espaço de deliberação cumpre a função de legitimar as proposições conflitantes dentro do caráter democrático do processo.

No entanto foi mérito dos diversos segmentos da sociedade a criação de novos espaços de participação e de articulação gerados sem a iniciativa do governo, num claro exemplo de qualificação da ação coletiva da sociedade a partir da criação de foros de discussão, de espaços de debate e do melhoramento das proposições apresentadas nos espaços formais de deliberação que serviram de substrato na consolidação dos processos de negociação que se apresentaram posteriormente.

9. Quando e como foi originariamente concebido o programa, projeto ou prática? Quais os principais participantes governamentais e não-governamentais neste processo? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Qual(is) ?

O Processo de elaboração do Plano Diretor obedeceu a um processo de caráter formativo e deliberativo que aborda o planejamento estratégico da cidade numa discussão que vem sendo trabalhada desde 1999 a partir do Projeto Cidade Futuro (Agenda 21Local). Esse acúmulo na reflexão sobre os destinos da cidade agrega conteúdo à discussão sobre a elaboração de um novo Plano que ordene o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Como marco regulador o Estatuto da Cidade (Lei Fed. No 10.257, de 10 de julho de 2001) que regulamenta o Artigo 182 da Constituição Federal, traz elementos fundamentais para reverter o processo histórico de desenvolvimento desigual da cidade: a função social da cidade e da propriedade e a participação cidadã no planejamento e gestão. É sob essa base que o processo se inicia e desenvolve.

Os principais participantes não governamentais no processo encontram-se referidos na questão 7.

10. Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou prática? Por que ocorreram?

Com relação à Elaboração do Plano Diretor Participativo tomou-se como melhor metodologia a de construção coletiva, capacitação assistida e aprendizado conjunto entre governo e sociedade, condições garantidas durante as cinco etapas de discussão pública:

- 1ª Etapa: Escuta com a sociedade (agosto-novembro 2002): teve como objetivo informar sobre o início dos estudos para elaboração do Plano e conchamar os cidadãos e cidadãs a se engajarem no processo. Foram colhidas sugestões e indicações para o desenho do Plano Diretor;
- 2ª Etapa: Elementos Preliminares do PD (abril-junho 2003): foram apresentados e discutidos os elementos preliminares do Plano Diretor, os princípios e objetivos gerais da política urbana, com os diversos segmentos da sociedade civil: (i) movimentos sociais, (ii) ONG's, entidades de classe, acadêmicas e de ensino e pesquisa, e (iii) setor empresarial, onde foram detalhadas as questões relativas ao desenvolvimento econômico local e as de interesse dos setores imobiliário e da construção civil. Foram iniciadas, também, oficinas e cursos on-line sobre o Estatuto da Cidade com o objetivo de informar e capacitar à sociedade e dar subsídio aos debates.
- 3ª Etapa: Texto Base do PD (setembro-outubro 2003): foi examinado um texto base, ordenado segundo os títulos e capítulos propostos para o projeto de lei. Os debates e negociações se desenvolveram com três segmentos da sociedade, em rodadas de negociação que buscaram construir consensos progressivos, parcialmente obtidos, que permitiram o mapeamento de conflitos. Nesta etapa foram eleitos os delegados para o Congresso da Cidade. Neste Congresso, os representantes dos diversos dos diversos segmentos votariam o texto final do Plano Diretor antes de ir para apreciação dos Vereadores;
- 4ª Etapa: Negociação do PL (dezembro 2003 e janeiro 2004): consistiu em uma ampla mesa de negociações entre os delegados(as) , a respeito dos conflitos mapeados anteriormente, onde vários pontos conflitantes foram negociados, revistos e consensuados. Com o objetivo de subsidiar esta construção de consensos foi realizado um Seminário sobre o Plano Diretor, assim como reuniões preparatórias com os delegados(as) ao Congresso da Cidade.
- 5ª Etapa: Congresso da Cidade (fevereiro 2004) – a sociedade se reuniu no Congresso da Cidade, espaço democrático de deliberação sobre o Plano Diretor, com o objetivo de concluir o Projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara Legislativa. Nessa mesma etapa foi constituída uma Comissão de Redação (governo e sociedade) cujo objetivo maior foi a de incorporar as emendas e finalizar a redação do documento aprovado no Congresso.

Cada uma das etapas descritas foi precedida por etapas internas, onde a equipe técnica do governo construía progressivamente as propostas a serem debatidas na fase posterior, sempre baseada nos resultados obtidos nos debates e negociações da fase anterior. Segue no material enviado pelo correio em anexo: Detalhamento de Metodologia.

Cabe ressaltar que o durante o processo houve um denominador comum que permeou todas as etapas, composto principalmente por um espaço de intercâmbio de propostas e discussão de conteúdos. Todo material apresentado à sociedade contava com o espaço de tempo adequado para a apropriação do conteúdo e a elaboração de propostas de melhoria ou alteração. Da mesma forma, e de maneira sistemática, durante cada uma das etapas e antes de apresentar o resultado das sistematizações à sociedade, o governo apresentava os resultados para a Câmara Legislativa, instituindo uma prática diferenciada de acompanhamento que incluía o parecer e avaliação dos vereadores.

Paralelamente e como forma de dar sustentabilidade ao processo detalhado foi necessário contar ainda com dois suportes importantes:

- a) Modernização e adequação do aparato governamental dentro da dinâmica de co-gestão governo-sociedade, preparando e qualificando sua estrutura organizacional para tornar mais eficiente o diálogo, o intercâmbio e a apropriação das contribuições vindas da sociedade durante o processo de construção do Plano, e posteriormente nas etapas de implementação e controle.
- b) Formação de uma equipe de facilitadores para capacitar grupos da sociedade sobre questões relativas ao Plano Diretor e ao Estatuto da Cidade. Iniciativa apoiada por cursos on-line gratuitos disponibilizados na página eletrônica da Prefeitura Municipal.

Segue documento que detalha metodologia e etapas no complementar enviado à FGV para consulta.

11. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?

No caso da construção da participação no fortalecimento de capacidades sociais, existem diversos obstáculos objetivos e subjetivos que operam como condicionamentos negativos tendendo a dificultar e muitas vezes impossibilitar o desdobramento da intencionalidade efetiva do governo. Primeiramente, encontra-se a profunda desigualdade social brasileira, historicamente marginalizada e excluída da participação nos processos políticos. Nessa base constituiu-se uma experiência de não identificação com os espaços, instituições e agentes políticos, vistos como algo distante e muitas vezes opostos aos interesses cotidianos da população.

Assim, quando Santo André busca construir capacidades, busca também, entre outras coisas, romper com uma prática produzida ao longo da história republicana brasileira. Exclusão e subordinação políticas, desigualdade sócio-econômica extrema, descrédito, clientelismo, cooptação de organizações sociais, entre outros fatores, ainda constituem obstáculos à intencionalidade dos agentes que buscam produzir participação através de capacidades. São obstáculos estruturais enfrentados a partir da implementação de processos contínuos, integrados e descentralizados que focam no amadurecimento dos espaços participativos a renovação das relações de poder e a melhoria da governabilidade entre os diversos segmentos da sociedade. Não foi diferente durante o Processo de Construção do Plano Diretor cujos obstáculos refletiram também os vícios do engajamento da população. Da mesma forma podemos ressaltar o esforço que representa trazer uma nova linguagem a temas que, desde sempre, constituíram um obstáculo na apropriação de conceitos complexos como os compreendidos no Plano Diretor.

12. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou prática? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou prática.

Trabalhar na construção de capacidades dentro da sociedade traz consigo a dificuldade de mensurar um dado intangível como o nível de capital social alcançado. No entanto, a partir da produção do Projeto de Lei do Plano Diretor fica mais legível a mensuração dos resultados obtidos:

- 2.300 participações registradas ao longo das cinco etapas do processo do Plano Diretor;
- Mais de 220 pessoas capacitadas nos cursos sobre Estatuto da Cidade e Plano Diretor, considerando o envolvimento por parte da sociedade que demandou a abertura de novas turmas;
- Melhoria na qualidade das contribuições vindas da sociedade, resultado do aprendizado adquirido e do fortalecimento e maturidade das suas organizações na elaboração e defesa das suas proposições;
- Elaboração de um Plano Diretor consensuado, legítimo e representativo, apresentado com linguagem acessível, clara e de fácil compreensão;

- Incorporação efetiva do Plano Diretor como orientador dos planejamentos específicos e políticas de ação das diversas secretarias envolvidas diretamente nas questões colocadas pelo plano;
- Revisão das rotinas assumidas em canais consolidados de participação da cidade, por meio da reflexão sobre práticas bem sucedidas utilizadas durante a construção do Plano Diretor, calcada principalmente nos processos de negociação e deliberação dados;
- Surgimento do Fórum dos Movimentos Sociais e Populares, novo espaço de reflexão e discussão sobre políticas públicas constituído a partir da organização da própria sociedade como consequência do Plano Diretor;
- As discussões do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores, recolheram parte desse aprendizado incorporando noções mais amplas de participação dentro das propostas para a próxima gestão.

13. Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou prática até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?

A mais importante conquista dentro do espírito de construção de capacidades sociais é a reserva social de cidadania que está sendo construída. Potencial social que ajudou na construção do Plano Diretor da Cidade e que fez dele um espaço de aprendizado conjunto. O processo demonstrou que a sociedade vem amadurecendo gradualmente na discussão e reflexão de temas importantes para a cidade, sempre dentro de uma abordagem maior de construção coletiva que traz o acúmulo de vários processos e iniciativas tecidas com participação.

14. Em que aspectos seu programa, projeto ou prática inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

- A metodologia utilizada valorizou a contribuição da sociedade não somente na obtenção do Plano resultante, como na construção do próprio processo participativo, baseado na formatação de um modelo ambicioso de gestão participativa que avança positivamente por sobre os princípios diretores definidos pelo Estatuto da Cidade;
- O governo além de sua responsabilidade técnica assumiu um papel educador durante todo o processo, estimulando a discussão e a negociação entre os segmentos envolvidos, da mesma forma que se mostrou aberto ao aprendizado decorrente das dinâmicas resultantes e dos outros saberes participantes;
- O processo foi construído visando estabelecer etapas progressivas de negociação entre os segmentos envolvidos, para discutir e tentar acordos sobre os pontos em conflito. Os pontos não consensuados nas fases anteriores foram para deliberação no Congresso da Cidade.
- Houve uma inovação na forma como foi conduzida a discussão técnica no interior da Prefeitura. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU) não foi a única em direcionar a implementação da iniciativa, mas formou parte de um trabalho matricial entre as outras secretarias do governo, que enriqueceu e facilitou a participação e adesão dos técnicos das diversas áreas;
- Gestão baseada na eficiência através de um trabalho de planejamento transversal entre oito secretarias de governo envolvidas diretamente nas questões colocadas pelo plano, coordenado pelas Secretarias de Orçamento e Planejamento Participativo e pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que garantiu transparência e rapidez a partir da descentralização dos processos decisórios;
- Articulação com a Câmara Municipal através da apresentação e discussão prévia do conteúdo a ser debatido publicamente, bem como das metodologias de participação a serem utilizadas em cada uma das 5 etapas. Contamos com a participação de vereadores e assessores na maioria das reuniões públicas.
- O executivo protocolou como parte integrante do Plano Diretor Participativo de Santo André o documento “Histórico do processo de discussão pública do Plano Diretor Participativo de Santo André” com o objetivo de registrar oficialmente para a Câmara Municipal e para consultas futuras da sociedade e de técnicos da administração, toda a memória do processo com propostas, cartas convite, listas de presença, matérias de jornal, conflitos levantados em cada uma das etapas, entre outros documentos, totalizando 5 volumes com cerca de 1300 páginas, marcando o diferencial de uma gestão democrática ao considerar a metodologia construída e o processo de participação no planejamento da cidade tão importantes quanto a lei resultante desta discussão.

15. Mesmo que seu programa, projeto ou prática não focalize especificamente a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre esta questão?

Trabalhar na construção de capacidades dentro de uma sociedade significa também trabalhar na melhoria das condições de desenvolvimento humano, social, econômico e político de um coletivo social a partir da superação dos múltiplos tipos e níveis de pobreza dentro da qual se encontra submetido. Quebrar as práticas assistencialistas, clientelistas e fisiológicas que atrelam a política à dependência e subordinação de interesses é o passo maior que uma sociedade pode alcançar na superação da pobreza estrutural. Uma sociedade amadurecida, comprometida e responsável pelo seu desenvolvimento não depende de favores individuais, nem é vítima sistemática dos equívocos de maus governos.

Por isso, embora o objetivo possa parecer outro, o fio condutor continua sendo único e trata do mesmo problema estrutural e crônico que enfrentamos e que afeta à sociedade brasileira, não somente com relação à falta de recursos e meios econômicos, mas principalmente na superação da pior pobreza possível, que envolve a apatia e o letargo de grupos sociais potencialmente ricos mas historicamente excluídos e dependentes.

16. Qual o impacto do programa, projeto ou prática sobre a cidadania?. (Mencione aqui aspectos relativos à cidadania que eventualmente não tenham sido mencionados. Inclua aqui também questões relativas a gênero, raça ou etnia).

A intencionalidade de projetos construídos com foco no fortalecimento de capacidades reverbera positivamente nos níveis de cidadania e qualificação do capital social que se busca atingir, principalmente no nível de resposta e no comprometimento com ações e programas desenvolvidos para o desenvolvimento da cidade. O exemplo do Plano Diretor trouxe à tona o trabalho desenvolvido pelas mulheres, organizadas nas entidades Fórmula Lilás e Fé-minina, que dentro do espaço de construção do Plano Diretor, incorporou aos objetivos da política urbana a inclusão de políticas afirmativas nas diretrizes dos planos setoriais, visando principalmente a superação dos conflitos resultantes das desigualdades de gênero. Fruto dessa reflexão, e como desdobramento da sua intervenção bem sucedida no processo do Plano Diretor, o grupo das mulheres conseguiu amadurecer uma proposta que incluísse a questão do gênero de maneira transversal de forma que o tema seja tratado não como um apêndice de uma política social mas de forma presente e continua no discurso e na prática do fazer público. De igual maneira, a Associação pela Cidadania dos Deficientes e o Instituto Afro-Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de São Paulo foram incisivos e atuantes na busca de agregar conteúdo e defender os direitos e os deveres que fazem parte do fortalecimento da cidadania.

17. Este projeto não participou anteriormente do programa Gestão Pública e Cidadania

18. Qual é a mais significativa deficiência do programa, projeto ou prática?

O que essa experiência aponta é que a implementação de ferramentas importantes como o Estatuto da Cidade em processos de discussão ampliados e democráticos como o construído durante o Plano Diretor edificam verdadeiras escolas de cidadania para a população participante, e o interesse se eleva de acordo com o funcionamento do mecanismo e os níveis de continuidade e resposta frente ao tempo e trabalho investido. Nesse sentido, mais que uma deficiência estrutural da aproximação e compromisso político entre representantes e representados, a possível demora dos trabalhos legislativos constitui um entrave na própria valorização do capital social construtor e impulsionador dos processos políticos.

O tempo dilatado e a falta de respostas podem representar, caso não exista esse cuidado durante os trabalhos legislativos, em uma força que retrai e desestimula a própria participação cidadã. Mecanismos reguladores, prazos e penalidades contempladas em lei para o poder executivo deveriam agregar também a poderes como o legislativo, de forma a resguardar os produtos de um capital social construído e fortalecido a partir de sucessivos processos de participação, porém também sensível e frágil perante a falta de respostas e resultados em prazos e tempos justos e responsáveis.